



SIMPÓSIO DE PSICANÁLISE E PRÁTICA MULTIDISCIPLINAR NA SAÚDE

A RESISTÊNCIA AMBIVALENTE DO DEJETO: POLÍTICAS PÚBLICAS, UNIVERSIDADE, MEDICINA E PSICANÁLISE¹

Monah Winograd²

Marconi Alvim Moreira³

O histórico de implementação e fomento de políticas públicas no Brasil, dentro das Universidades, é modesto em estrutura e compreensão. Há, basicamente, dois marcos:

- (1) a Modernidade, com forte influência francesa e repercutida internamente através do arquétipo do cientista-pesquisador (quase sempre bioquímico) cujo ícone é Oswaldo Cruz, e
- (2) a inclinação pela produção teórica de cunho filosófico, sobretudo a partir do pós-Guerra e que foi a via da estadia de Claude Lévi-Strauss em São Paulo e da permanência de pensadores que o auxiliaram na USP.

O processo de conformação do Estado Brasileiro é sincrônico a esses dois modelos, partindo da Primeira República e seguindo do Estado-Novo até o ambiente Democrático-Social dos últimos decênios. Os mesmos decênios que separaram o Golpe Militar dos dois mandatos de um Presidente civil de formação universitária ou, grosso modo, um “sociólogo estrutural”. De modo que não causa espanto notar que o modelo das políticas públicas no Brasil

¹ Este texto é uma versão modificada do capítulo "Psicanálise, políticas públicas e universidade", publicado em: Leônia Cavalcante Teixeira; Sônia Wan Der Maas Rodrigues. (Org.). A PSICANÁLISE NAS SEARAS DA UNIVERSIDADE, DO DIREITO, DA ARTE E DA LITERATURA. 1ed.Curitiba: CRV, 2015, v. 1, p. 17-30.

² Psicanalista, Professora Associada do PPG em Psicologia Clínica da PUC-Rio, coordenadora do Laboratório de Estudos Avançados em Psicanálise e Subjetividade (LAPSU) e do Digital Humanities LAB-PUC-Rio, Vice-decana de Pós-graduação e Pesquisa do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio.

³ Procurador Federal da Advocacia Geral da União.



SIMPÓSIO DE PSICANÁLISE E PRÁTICA MULTIDISCIPLINAR NA SAÚDE

esteja ainda baseado no modelo de orçamento público traçado no ano de 1964. Este modelo contempla situações denominadas pela doutrina como racionais — um modelo objetivo com diretrizes consideradas adequadas — e incrementais, no sentido de complementar e aperfeiçoar o que já existe. É evidente que a simplificação em dois marcos, apenas esboçada aqui, não inclui o que se deve tomar como um outro dado: o advento da tecnologia como elemento da política pública na produção do conhecimento.

Em todo caso, o problema é que a tríade que se pode desenhar com o modelo da hierarquia clássica entre empirismo, ciência e filosofia (no sentido de conhecimento pleno) pode resultar em uma estrutura expressa na orientação que prevê a Educação como Política, a Pedagogia como Ciência e a Didática como Técnica. Ora, modelos tripartidos hierárquicos são tentadores em uma Federação que, até 1988, não tinha três Entes Constitucionais independentes – ou compreendidos na teoria da burocrática como hierarquia horizontal calcada em competências distintas e autonomias respeitadas. É verdade que detínhamos, desde 1985 até 2019, um Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação: da ciência, já o sabemos, da tecnologia, nos aproximamos e da inovação, acreditamos tratar-se de patentes industriais contemporâneas ao modelo da Revolução Industrial dos séculos XIX e XX, transmutados em produtos passíveis de reconhecimento como inovadores, dentro das leis. Agora, acrescentaram as Comunicações. Em todo caso, é igualmente verdadeiro que este estado de coisas na política brasileira foi historicamente pulverizado em modelos modernos positivistas franceses das politécnicas e, na pós-modernidade, entre as Universidades, Escolas Técnicas incrementadas no período ditatorial e os paraestatais do sistema SESC/SENAI/SESI.

A triste recordação do momento em que Cursos de Engenharia eram criados por determinações gramaticais a partir de adjuntos adnominais (Engenharia de Alimentos, Engenharia Florestal, Engenharia de Computação, Engenharia Agrônoma — esta com origem na Escola Superior de Agricultura e



SIMPÓSIO DE PSICANÁLISE E PRÁTICA MULTIDISCIPLINAR NA SAÚDE

Veterinária, criada em 1922 e hoje constante do Núcleo de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Viçosa) é suficiente para que lembremos que a política brasileira de fomento à pesquisa e à ciência sempre foi derivada, não da supremacia de um conhecimento pleno, mas como ordenamento e progresso de retorno e contorno ao sabor dos Mercados — estes não exatamente preponderantes e inevitáveis. "A técnica é um criado que coloca ordem na sala ao lado com tanto estardalhaço que impede os patrões de fazerem música", dizia Karl Krauss, testemunha da Revolução Industrial germânica. No caso brasileiro, ao longo dos anos, o estardalhaço é tanto que poucos administradores públicos sabiam o nome completo do Ministério que cuidava da Ciência e da Tecnologia — sem saber exatamente até quando resistirá a Inovação.

Especificamente no que diz respeito às políticas públicas de incentivo, fomento e formação de pesquisadores, professores e profissionais em Psicologia/Psicanálise, cabem algumas notas. A profissão de Psicólogo foi regulamentada por Lei Ordinária Federal em 1962 e ainda não expressamente revogada, assinalando em seu Artigo 1º. que “a formação em Psicologia far-se-á nas Faculdades de Filosofia, em cursos de bacharelado, licenciatura e psicologia” — embora o Conselho Federal de Psicologia tenha sido criado em 1971, assim como quase todos os conselhos que parafiscalizam as profissões.

Já a Psicanálise aparece em documentos oficiais apenas seis vezes na história do Estado Brasileiro: em duas liberações de verba via Ministério da Saúde, em 1961 e 1963, respectivamente por Decreto e por Lei; em duas declarações de utilidade pública de Institutos de Psicanálise, em 1950 e 1968; em uma referência indireta no Código de Processo Penal quanto aos crimes de pedofilia e, talvez a mais importante, em um Projeto de Lei no Senado, datado de 1977 e arquivado definitivamente em 1980, que pretendia nada menos que a regulamentação do exercício da profissão de Psicanalista Clínico⁴.

⁴ O projeto é do Senador Nelson Carneiro, o mesmo que lutou dezena de anos pela Lei do Divórcio.



SIMPÓSIO DE PSICANÁLISE E PRÁTICA MULTIDISCIPLINAR NA SAÚDE

Além disso, embora a Psicanálise já estivesse presente nas Universidades através dos cursos de Psicologia desde por volta de 1956, foi somente no ano de 1988 que o Professor Luiz Alfredo Garcia-Roza fundou a primeira pós-graduação *stricto sensu* do Brasil exclusivamente em Psicanálise, no Instituto de Psicologia da UFRJ, na época apenas com o curso de Mestrado em Teoria Psicanalítica. O Doutorado surgiu apenas em 1994, ou seja, há exatos 25 anos.

Lembremos que, se a Psicologia Clínica tinha uma existência conflituosa, de um lado, com a Medicina e, de outro, com a Psicologia Experimental, ela acreditou encontrar uma solução de compromisso ao aproximar-se da Psicanálise, oferecendo-lhe como contrapartida uma justificativa para sua entrada na Universidade e, portanto, um disfarce para a solicitação de fomento à pesquisa — não esqueçamos que a Psicanálise nunca participou do quadro de áreas específicas das Ciências Humanas com o qual trabalham as instituições de fomento. Contudo, tal associação, embora tenha sido aplaudida pelos psicanalistas, trouxe, para alguns psicólogos clínicos (e atualmente cada vez mais) o medo do afastamento de uma psicologia “verdadeiramente científica” que andasse de mãos dadas com alguma Medicina e fosse reconhecida como apta a ser agraciada pelas políticas públicas de fomento à formação de pesquisadores e à pesquisa. Medo, se não despedido de qualquer reflexão mais aprofundada sobre o jogo de forças envolvido neste afastamento, ao menos silencioso a respeito.

Não por acaso e como anúncio dos tempos que vinham pela frente, a Nature de 15/out/2009 – exatos 10 anos atrás – trazia um editorial cujo subtítulo era “*Se a Psicologia Clínica nos EUA quer continuar viável e relevante no sistema de saúde atual, ela precisa aderir publicamente à ciência*”. O texto prosseguia, evidentemente, defendendo o retorno da Psicologia Clínica à ciência através da experimentação e da busca de evidências científicas de sua eficácia. Evidentemente também, ele começava fazendo o que ganhou o nome de *Freudbashing* (malhar Freud), embora a crítica recaísse sobre todos os tipos



SIMPÓSIO DE PSICANÁLISE E PRÁTICA MULTIDISCIPLINAR NA SAÚDE

de psicoterapia sem evidência científica. Só agora a maré parece estar virando na Europa: passado algum tempo e, portanto, sendo possível verificar, em relatórios de auditorias públicas de sistemas de saúdes fortes e robustos como os da Inglaterra, Suécia e Noruega, que as psicoterapias ditas científicas, capitaneadas pelas TCC, não foram eficazes a longo prazo, no tratamento de transtornos como a depressão. Ou seja, segundo os relatórios, bilhões de dólares foram para o lixo.

Para começar a entender esta problemática, basta conjugar a noção weberiana de burocracia – no sentido estrito de organização estatal – para constatar que, no enredo da formação das políticas públicas, o cruzamento entre ciência, filosofia, empirismo e demanda social sequer resvala na problemática da incidência da Psicanálise sobre os discursos sociais tradicionais e de seu modo singular de reflexão sobre os fenômenos que estes discursos estudam e sobre os quais intervêm. Novamente, dentro da fórmula de Krauss, lembremo-nos do barulho da técnica a ensurdecer a harmonia, no momento de ordenação do recinto: no Brasil, a Capital Federal recebeu o desenho moderno somente quando o mundo já estava na pós-modernidade, com o claro resultado de um futurismo revelar-se, dentro de curtíssimo prazo, um pretérito imperfeito. Sabe-se que, de certo modo, todo discurso — e o político não é exceção — é interpretação. A permanente incapacidade brasileira de acuro na observação e escuta de sua obra política não haveria mesmo de aproveitar a Psicanálise...

Dentre os discursos sociais tradicionais está o da metodologia de apuração de custos públicos. No campo das Universidades, as conhecidas relações aluno/professor, aluno/funcionário e tempo de permanência na escola revelavam, há 20 anos, diferenças de até 37% em instituições semelhantes, sem que tivesse “*sido possível identificar a causa dessas diferenças*”, segundo os relatórios da época. De lá pra cá, o quadro não mudou muito. De modo que é preciso retomar a ideia de que a Psicanálise não é privada e nem elitista, como descrito em ramos conceituais europeus: o social e o público são partes



SIMPÓSIO DE PSICANÁLISE E PRÁTICA MULTIDISCIPLINAR NA SAÚDE

integrantes do psicanalítico e a dimensão do público encontra-se nas entranhas discursivas da Psicanálise, engendrando-a indefectivelmente.

Sobre esta questão, o Professor Renato Janine Ribeiro, ao final de uma entrevista concedida em 1995 à Associação de Docentes da UERJ⁵, disse:

“Há um ponto que acho importante retomar: o que é externo à universidade, a sociedade. O que significa a sociedade? O discurso dominante hoje, sobretudo nos setores mais à direita, é que a sociedade são os contribuintes identificados, as pessoas de maior renda, em suma, os donos do capital. Ora, isto é um equívoco muito grande, que tem a ver com uma questão interessante: quando se fala em sociedade se visa o capital, quando se fala em ‘o social’ se pensa em carentes. É uma curiosa esquizofrenia, (...) [por isso] quando se fala na relação da universidade com o seu outro, há uma tendência muito grande a pensar que a universidade deve mais e mais se ligar às empresas. Sem dúvida, acho importante (...) quando isto faz sentido. (...) Mas é bom lembrar que a sociedade inclui muitas outras formas de organização (...); inclui pessoas que estão unidas por terem os mesmos credos, religiosos, políticos etc.”.

Na sequência, o Prof. Janine Ribeiro alerta que, contrapondo-se ao discurso da direita, a esquerda vinha namorando a ideia de a Universidade fechar-se sobre si mesma. Na mesma entrevista, ele ressaltou que as Universidades são órgãos que tendem a estagnar e citou o exemplo da USP, com forte crise em meados de 1988, principalmente nas Humanas, por conta de uma “*lista de improdutivos*” publicada, na ocasião, na Folha de São Paulo. Considerava também que as Universidades Estaduais criadas no Estado de São Paulo forçaram uma renovação nos quadros da antiga USP e que este modelo de “*choque exógeno*” foi único, pontual e datado, portanto, não constatado em outra parte do país, incluindo o Estado do Rio de Janeiro.

Um grande choque exógeno que o modelo universitário sofreu não foi exatamente o antagonismo entre a tecnologia e a teoria, entre as Ciências Duras e as Moles ou Humanas: ele já existia e atendia pelo nome de

⁵ O autor, em nota, esclarece que não sabe se a entrevista fora antes publicada.



SIMPÓSIO DE PSICANÁLISE E PRÁTICA MULTIDISCIPLINAR NA SAÚDE

Universidade/Faculdade (ou simplesmente Instituição Superior de Ensino) Municipal. Enquanto Belford Roxo (RJ) e Poços de Caldas (MG) se preparavam, o Estado de São Paulo, aquele que detém talvez a mais produtiva Universidade do Brasil (sendo Estadual), já possuía sua Universidade Municipal de São Caetano do Sul, desde 2007, com um status que a igualava às IFES. E mais uma vez avançando na ordem e no progresso das políticas públicas brasileiras, uma mostra do conteúdo disciplinar oferecido pela citada Universidade Municipal revela que toda a graduação, pesquisa e pós-graduação é voltada para as forças do Mercado, quase sem contato com qualquer tipo de conhecimento das ditas Ciências Humanas. Ora, a centralização e o modelo hierárquico superior é um conteúdo inescapável da esquerda clássica. Não poderia ser diferente na herança administrativa de nossa social-democracia pós-ditatorial, ainda que, no contexto sócio-econômico do pacto federativo, áreas de concentração municipais possam gerar núcleos de conhecimento superior.

Gramsci, que produziu a quase totalidade de sua obra no cárcere e influenciou toda a esquerda pós-marxista, não retirou da macro-estrutura política clássica a cópia do modelo burocrático da hierarquia central superior. Mesmo expondo um modelo sócio-político, com minúcias sobre a necessidade da concentração operária em torno da indústria na pólis, a Gramsci não ocorreu a disseminação da produção do conhecimento em torno das necessidades do entorno dos conglomerados urbanos. Neste ponto, dentro do modelo de política cultural e educacional da Constituição Federal de 1988, não faltam diretrizes de comprometimento trilateral das esferas administrativas na questão do conhecimento e da difusão e fruição democráticas de seus produtos e subprodutos — bem como seus meios de acesso e fomento. O descompasso entre as premissas da Carta Política e a efetivação das Políticas no Brasil nos faz duvidar, por um lado, da possibilidade de uma terceira via pela apropriação de novos campos de saber/poder e suas demandas mais imediatas no tempo e no espaço e, por outro lado, da técnica como elemento



SIMPÓSIO DE PSICANÁLISE E PRÁTICA MULTIDISCIPLINAR NA SAÚDE

propulsor capaz de diminuir o monopólio federal de políticas de fomento à pesquisa, ainda que através da iniciativa privada ou da sociedade civil organizada.

Guardadas as devidas proporções, a pecha de estagnação, ou pior, o atestado de óbito da Psicanálise não parou de ser renovado periodicamente. Por ocasião do centenário da publicação da *Interpretação dos Sonhos*, a mídia não cansou de perguntar se a Psicanálise fazia ainda algum sentido. Em momentos como este, de um senso comum quase histriônico, é impossível não lembrar de uma frase de efeito a *la* José Saramago, quando fora indagado a respeito da morte do comunismo: “Morreu? Mas ainda não veio ao mundo em sua plenitude...”. Seria engraçado se, na formulação das políticas públicas no Brasil, o empirismo e as demandas medidas pelo senso comum não fizessem diferença. Mas, fazem, infelizmente ou não, dependendo de quem se trata.

E já que fizemos uso livre da frase de Saramago sobre a morte do comunismo, convém lembrar do texto de Freud, *Deve a psicanálise ser ensinada na universidade?*, publicado em 1919 e escrito provavelmente em 1918, durante o 5o. Congresso Psicanalítico Internacional, realizado em Budapeste. Com efeito, em março de 1919, após reivindicação dos estudantes de Medicina para que a Psicanálise fosse incluída no currículo, Sandor Ferenczi foi nomeado Professor de Psicanálise da Universidade de Budapeste. Marcado pela mágoa da exclusão da Psicanálise como “ciência bastarda”, como disse Althusser, Freud (1919) discutiu a conveniência de seu ensino na Universidade a partir de dois eixos. Do ponto de vista da própria Psicanálise, o metapsicólogo sublinhou ironicamente que, embora sua incorporação ao ensino universitário fosse motivo de satisfação para os psicanalistas, não era evidente que estes últimos precisassem da Universidade para a sua formação. Já do ponto de vista da Universidade, para Freud, só haveria ganhos.

O primeiro deles se referiria ao enriquecimento na formação dos médicos, orientados até então unilateralmente para o estudo da anatomia, da física e da química. Se hoje já não é assim — além de certa psicologia, já



SIMPÓSIO DE PSICANÁLISE E PRÁTICA MULTIDISCIPLINAR NA SAÚDE

fazem parte do currículo disciplinas que abordam aspectos sociais e culturais —, a negligência dos fatores psíquicos nas manifestações vitais, nas enfermidades e nos tratamentos ainda entorpece a atuação profissional dos médicos em geral. Outra função da Psicanálise poderia ser preparar o estudante para o estudo da Psiquiatria, naquela época (talvez hoje novamente), eminentemente descritivo e preocupado com a etiologia orgânica e as comprovações neuropatológicas, sem nenhuma compreensão psicológica dos fatos observados. Por fim, Freud destacou a importância da Psicanálise para outros campos, como as Artes e a Filosofia, a Literatura, a História da Cultura, entre outros.

Como nosso propósito não é abordar o problema do *ensino* da Psicanálise nas Universidades — já bastante discutido —, mas refletir sobre a relação entre Psicanálise, Políticas Públicas, Medicina e Universidade, devemos sublinhar ainda outros pontos.

De saída, é preciso distinguir entre ensino público e sentido público do ensino superior: ensino público, no sentido comum prevalente no estabelecimento das políticas públicas, passou a ser sinônimo de gratuidade. Já o sentido público do ensino superior em graduação e pós-graduação deve ser aquele que aponte para a apropriação social de seus resultados: é o campo de atuação do Direito, que é universal e não instrumento da promoção de privilégios — ou, pelo menos, deveria ser. Confusões entre ambos estão presentes até em textos do economista “especializado em educação”, Cláudio de Moura Castro. Conhecido por suas colunas na Revista Veja — o semanário porta-voz da mídia nacional, em todos os sentidos —, ele costumava criticar uma suposta vocação brasileira em tomar como modelo universal as Universidades de pesquisa.

Como era de se esperar, o economista fez análises apoiadas em estatísticas como, por exemplo, ao afirmar que um aluno de curso superior na França custa o mesmo que no ensino médio de lá e, no Brasil, dez vezes mais. Ou ainda quando afirmou que Universidades de pesquisa nos EUA são apenas



SIMPÓSIO DE PSICANÁLISE E PRÁTICA MULTIDISCIPLINAR NA SAÚDE

2% a 3% do total. Isto não nos diz nada de concreto, como por exemplo, se o custo do ensino médio na França é o mesmo do ensino superior no Brasil, além de dar margem a comparações grosseiras como a que está impressa na contracapa de um livro seu publicado há 14 anos, em 2005: *“contribuímos com 1,5% da pesquisa mundial. Ora, como nossa participação no comércio internacional não atinge 1%, entramos numa categoria surrealista: um país pobre que exporta mais pesquisa do que mercadorias!”*. Ao mesmo tempo, o economista reconheceu que a pós-graduação brasileira *“produziu”*, a cada ano, 8 mil doutores e mais de 20 mil mestres, *“com uma qualidade média respeitável comparável aos melhores estrangeiros”*.

Ou seja, ao contrário do que gostaria o renomado economista e com a ajuda de 14 anos de um governo suficientemente comprometido com a educação, a Universidade não teve como função principal fazer dinheiro, mas, sim, produzir conhecimento — o que, diga-se de passagem, não pode ser medido em números, sejam eles de que ordem for. Atualmente, circula a idéia de que a pós-graduação brasileira sofreu um inchaço indesejável por ter gerando falta de mão-de-obra barata e ignorante ou barata porque ignorante. Ou seja, os últimos 14 anos teriam produzido carência de "trabalho escravo" no Brasil — carência que o atual governo pretende reverter.

Sabemos que os doutrinadores que se debruçam sobre a formação de políticas públicas estabelecem a primazia conceitual objetiva das questões racionais. Sendo a Psicanálise afeita às Humanas, somos remetidos à questão das dificuldades inerentes às posições hoje já clássicas de Marx e Engels e sua teoria da ideologia e de Weber, quem, no mesmo tom, ressaltava a necessidade de equilibrar a postura do cientista e a do político através da leitura conceitual do objeto das Ciências do Homem: o que as Ciências do Homem trabalham é justamente o que as outras excluem. Assim, consagrou-se a idéia — obviamente equivocada e perigosa — de que, se a exclusão é dejeito ou resto, as Humanas tratam de questões menores. Por outro lado, ao considerarmos que as Humanas trabalham exatamente com aquilo que as



SIMPÓSIO DE PSICANÁLISE E PRÁTICA MULTIDISCIPLINAR NA SAÚDE

demais Ciências não conseguem lidar e pensar, constatamos, correndo o risco de sermos acusados de utópicos ou demasiados humanistas, que as Humanas mantêm seu caráter emancipador ao se esforçarem por dissolver a alienação do homem, aumentando sua potência de pensar e agir.

As razões e contra-razões no exercício do poder em níveis macro e micro das políticas públicas são bastante conhecidas, desde muito antes dos trabalhos de Foucault. Desnecessário, portanto, enumera-las. Em uma tentativa de traduzir o quanto se aplica hoje no meio acadêmico, colhemos alguns dados relativos à concessão de bolsas de todas as modalidades do Sistema Federal, com ênfase no modelo CAPES de fomento à pesquisa. Em 2011, a CAPES distribuiu 72.071 bolsas de formação e de pesquisa (mestrado, doutorado e pós-doutorado) para todas as áreas. A Psicologia recebeu 1.531 bolsas, ou seja, 2,12% do total.⁶

Já em 2018, o sistema CAPES distribuiu 99.083 bolsas de formação e de pesquisa (mestrado, doutorado e pós-doc) para todas as Áreas. A Psicologia recebeu 2.213 bolsas, ou seja, 2,23% do total, de modo que o quadro não mudou muito de lá pra cá, mas certamente tende a piorar se tudo seguir como está agora. Já A metodologia empregada nos dois anos pesquisados (2011 e 2018) não revela, pelos motivos que já mencionamos, o quanto e o quê foi destinado à Psicanálise.

O ensaísta e diplomata Sergio Paulo Rouanet propôs, nos primórdios do Estado Social-Democrata brasileiro, a primeira e exaustivamente criticada Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991), conhecida também como Lei Rouanet. Foi esta a lei que instituiu políticas públicas para a cultural nacional, como o PRONAC (Programa Nacional de Apoio à Cultura). Através de um mecanismo consagrado no meio jurídico – o incentivo fiscal –, a Lei Rouanet transpôs o campo da cultura e gerou institutos vários, como o mestrado profissionalizante, que em nada difere do modelo clássico, exceto na sua vocação para autofinanciamento. Rouanet, nascido no

⁶ Dados disponíveis em <http://geocapes.capes.gov.br/geocapesds/>



SIMPÓSIO DE PSICANÁLISE E PRÁTICA MULTIDISCIPLINAR NA SAÚDE

Rio de Janeiro em 1934, transitou por Foucault, Habermas, Walter Benjamin, dentre outros, sempre em correlação com Freud e a Psicanálise.

No ano de 1999, numa coletânea de ensaios reunida sob o título de *As Razões do Iluminismo*, Rouanet tratou de três temas centrais:

- 1) o aspecto repressivo do racionalismo clássico;
- 2) as perversões da moderna civilização industrial e
- 3) as ingenuidades e simplificações da época das Luzes, remanescentes na contemporaneidade.

Neste livro, após discorrer sobre a Psicologia Cognitiva, ele se debruça sobre a Psicanálise e escreve:

“Antes (...) é preciso circunscrever o terreno. (...). Nesse campo, as extravagâncias e as imposturas são tão freqüentes que, se incluíssemos dissidentes como Jung e correntes como a orgonoterapia, correríamos o risco de provar demais e, portanto, de não provar nada. (...). Ouvimos, pouco depois, que a relação analítica é justamente (...) uma experiência mística. Uma ‘singularidade inefável’ (...), [que] o analista é (...) uma pessoa comum, (...) não reivindica nenhuma superioridade oriunda do saber. (...) Mas a análise é parte de um saber – o conhecimento teórico do analista – e visa induzir um saber – a tomada de consciência, pelo analisando, dos conteúdos recalçados e esquecidos. (...). Uma psicanálise não pode ser freudiana e irracionalista ao mesmo tempo. Freud é o último e o mais radical dos racionalistas (...). Mas seu racionalismo vai mais longe que o do Iluminismo. Pois este se limitava a dizer que o homem já era, de saída, racional, e, por desconhecer os limites da razão, deixava o homem indefeso diante da desrazão. Freud descobriu esses limites e com isso armou o homem para a conquista da razão”.

Estas formulações derivam dos postulados teóricos de um “novo racionalismo”, apoiado na teoria da ação comunicativa de Habermas e nas lições freudianas sobre a razão, quando ele diz, no *O Futuro de uma Ilusão*, que “*A voz da inteligência é tênue, porém não descansa até que tenha conseguido fazer-se ouvir [...]. O primado da inteligência está, é certo, num*



SIMPÓSIO DE PSICANÁLISE E PRÁTICA MULTIDISCIPLINAR NA SAÚDE

futuro distante, mas provavelmente não num futuro infinitamente distante”.

No imbróglio das ideias veiculadas na questão que envolve Psicanálise, Medicina, Universidade e Políticas Públicas, o que mais salta aos olhos é a resistência, no sentido freudiano do termo: ao contrário de ramos como a informática, a robótica, a engenharia ou a economia, os atores dos diversos posicionamentos sempre resistem, seja no momento de negar a positivação de uma inovação demandada, seja quando o demandante, no momento de propor uma posição normativa suficiente para abarcar a importância desejável para o contexto, só pode fazê-lo a partir do modelo jurídico existente. Somos uma República Federativa que em quase nada se equipara aos modelos federativos clássicos e “bem-sucedidos”, como os Estados Unidos. Paradoxalmente elevamos o Município ao grau de Ente Federativo. Temos uma vocação de centralização de decisões e descentralização de efetivações políticas (quase nunca operantes porque dependentes de recursos centralizados) tanto nos modelos de direita, de esquerda ou de centro — sejam eles neo-liberais ou sócio-democratas. Quando convocados a participarem da discussão das políticas de fomento, o meio diretamente interessado e os elementos da sociedade civil organizada o fazem com tamanho prejuízo de suas atividades cotidianas que se torna mais que suspeita a eficiência do modelo.

Se assim é, não há porque não praticar a resistência ambivalente (no sentido político do termo) do resto ou do dejetivo, simplesmente por faltar, na nomenclatura positiva, o objeto conceitual da Psicanálise. Como disse Rouanet,

“o homem pode impacientar-se e procurar atalhos para a verdade que dispensem a razão – seitas orientais, experiências místicas, ‘singularidades inefáveis’. Em vão. Pois, como Freud nos alertou, ‘quando o viajante canta no escuro, pode espantar seu medo, mas nem por isso se vê mais claro.”

Lembremos que Freud era, antes de qualquer coisa, um pesquisador. É dele a descoberta da tintura que permitiu, pela primeira vez na história, a visualização de um neurônio. Nem cabe aqui perguntar se este feito foi ou não



SIMPÓSIO DE PSICANÁLISE E PRÁTICA MULTIDISCIPLINAR NA SAÚDE

objeto de inovação patenteada. O século XIX foi marcado pela morte de Deus, pelo surgimento do espiritismo kardecista e por um sem-número de doutrinas misteriosas e místicas como as de Madame Blavátski. Em terras austríacas e germânicas, entre o fim do século XIX e início do século XX, várias formas de Psicologia foram vistas, por um bom número de então excelentes pensadores, como experiências místicas, se tanto, e levadas a extremos de condenação que resvalavam a figura criminal do curandeirismo charlatão. Paradoxalmente, em terras do novo mundo, como os EUA, platéias lotavam centros de seminários para ouvir o que tinha a dizer o pragmatismo de William James e seus conceitos sobre a Psicologia.

Ouçamos a História: o movimento de justiça social mais incisivo nos EUA não foi exatamente uma guerra civil, mas o que derivou de um discurso de Martin Luther King, marcado notoriamente pela expressão de pensamento mais utópico e de matéria onírica: “I have a dream!”. Se bem que, hoje, as coisas mudaram e talvez seja melhor ter, como Zizek, a coragem da desesperança numa Matrix em expansão. Ou seja, “*bem-vindos ao deserto do Real!*”

Palavras-chave: Políticas Públicas; Universidade; Medicina.

Referências

- Althusser, L. (1984). *Freud e Lacan. Marx e Freud*. Rio de Janeiro: Graal
- Blavatsky, H. P. (1888/2003). *The Secret Doctrine*. Adyar, India: Theosophical Publ. House
- Blavatsky, H. P. (1889/2005). *The Voice of the Silence*. Adyar, India: Theosophy Publ. House
- Castro, C. M. (1984). *Qualidade, Expansão e Financiamento do Ensino Superior Privado*. Rio de Janeiro: ABM/Educam
- Castro, C. M. (1986a). *A Ciência na Universidade Brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar
- Castro, C. M. (1986b). *A pesquisa universitária em questão*. São Paulo:



SIMPÓSIO DE PSICANÁLISE E PRÁTICA MULTIDISCIPLINAR NA SAÚDE

UNICAMP/CNPQ/ICONE.

Castro, C. M. (2005). *Crônicas de uma educação vacilante*. Rio de Janeiro: Rocco.

Chertok, L. & Stengers, I. (1990). *O coração e a razão : a hipnose de Lavoisier a Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Dundar, H & Lewis, D. (1999). Equity, quality and efficiency effects of reform in Turkish higher education, *High Education Policy*, 12, p. 343-366.

Editorial (2009). Psychology: a reality check. *Nature*, vol. 461, n. 7266, pág. 847. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1038/461847a>. Recuperado em 05 de setembro de 2012

Foucault, M. (1969). *L'archéologie du savoir*. Paris: Gallimard

Foucault, M. (1976). *Histoire de la sexualité, I: la volonté de savoir*. Paris: Gallimard

Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal

Foucault, M. (1984). *Histoire de la sexualité, II: L'usage des plaisirs*. Paris: Gallimard

Foucault, M. (2001). *L'herméneutique du sujet. Cours au Collège de France, 1981-1982*. Paris: Seuil/Gallimard

Foucault, M. (2008) *Le gouvernement de soi et des autres. Cours au Collège de France, 1982-1983*. Paris: Gallimard/Seuil

Freud, S. (1919/1994). 'Debe enseñarse el psicoanálisis en la universidad?' *Sigmund Freud – Obras Completas*, vol. XVII. Buenos Aires: Amorrortu

Freud, S. (1927/1994). 'El porvenir de una ilusión'. *Sigmund Freud – Obras Completas*, vol. XXI. Buenos Aires: Amorrortu

Gramsci, A. (1966). *Cartas do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira

Gramsci, A. (1977). *Quaderni del carcere*. Turim: Einaudi

Gramsci, A. (1981). *Conselhos de fábrica*. São Paulo: Brasiliense

Gramsci, A. (1987). *A questão meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra



SIMPÓSIO DE PSICANÁLISE E PRÁTICA MULTIDISCIPLINAR NA SAÚDE

- Krauss, K. (1909/2010). *Aforismos*. Porto Alegre: Arquipélago Editorial
- Habermas, J. (1987a). *Teoria de la acción comunicativa I - Racionalidad de la acción y racionalización social*. Madri: Taurus
- Habermas, J. (1987b). *Teoria de la acción comunicativa II – Crítica de la razón funcionalista*. Madri: Taurus
- James, W. (1890/1981). *The Principles of Psychology*. Cambridge, MA: Harvard University Press
- James, W. (1907/1979). *Pragmatism*. Cambridge, MA: Harvard University Press
- King, M. L. (1963). *I have a dream*. Chicago: Chicago Tribune. Disponível em <http://www.chicagotribune.com/news/nationworld/sns-mlk-ihaveadream,0,36081.story>. Recuperado em 28 de setembro de 2012
- Marx, K. & Engels, F. (1926/1977). *A ideologia alemã*. São Paulo: Editorial Grijalbo
- Editorial (2009). Psychology: a reality check. *Nature*, vol. 461, n. 7266, pág. 847. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1038/461847a>. Recuperado em 05 de setembro de 2012
- Ribeiro, R. J. (2003). *A Universidade e a vida atual*. Editora Campus, 2003.
- Rouanet, S. P. (1982). *As razões do iluminismo*. Rio de Janeiro: Cia das Letras
- Weber, M. (1919/2003). *Ciência e política - duas vocações*. São Paulo: Editora Martin Claret.